

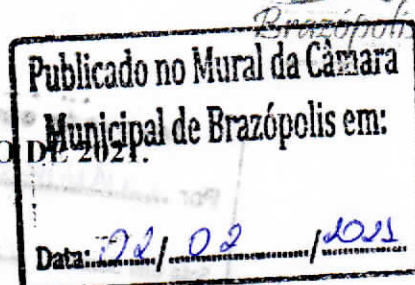


MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI Nº 001 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.



Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Brazópolis/MG e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS, MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei: ”

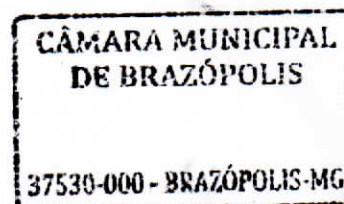
Art. 1º - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município Brazópolis/MG, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Proteção e Defesa Civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

Defesa Civil: Conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social.

I- Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

II-Situação de Emergência: Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido.



Aprovado em 1ª Votação
Por UNANIMIDADE
Sala das Sessões, 02/02/2021
Adilson
Presidente

Aprovado em 2ª Votação
Por UNANIMIDADE
Sala das Sessões, 02/02/2021
Adilson
Presidente

A SANÇÃO
SALA DAS SESSÕES: 02/02/2021
Adilson
PRESIDENTE

Adilson Francisco de Paula
Vereador Presidente 2021

CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAZÓPOLIS
13.053.000-0000-0000

CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAZÓPOLIS



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



III-Estado de Calamidade Pública: Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido.

Art. 3º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

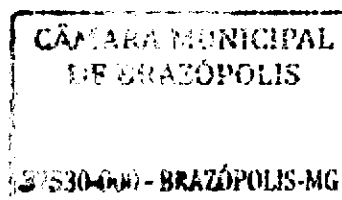
Art. 5º - A COMPDEC compor-se-á de:

- I. Coordenador
- II. Conselho Municipal
- III. Secretaria
- IV. Setor Técnico
- V. Setor Operativo

Art. 6º - O Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de Proteção e Defesa Civil no Município.

Art. 7º - Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Proteção e Defesa Civil.

Art. 8º - O Conselho Municipal será composto pelo Presidente, representantes das secretarias municipais, representantes da sociedade civil e outras entidades interessadas em colaborar (ONG's, entidades privadas e etc.).





MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 9º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 10 - Fica criada no âmbito da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de Brazópolis/MG a Unidade Gestora de Orçamento.

Art. 11- Esta Unidade Gestora de Orçamento fará uso do Cartão de Pagamento de Proteção e Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil e Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade, celeridade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 12 - Caberá sua gestão ao titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Município de Brazópolis/MG.

Art. 13 - O titular da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil terá como atribuições:

- I. Abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil, onde será assinado um Contrato para operação do cartão;
- II. Gerir os gastos com o Cartão de Pagamento de Proteção e Defesa Civil;
- III. Inscrever a COMPDEC no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, visando obter CNPJ próprio, vinculado ao CNPJ do Município, bem como realizar qualquer trâmite burocrático para a implantação e funcionamento do COMPDEC;
- IV. Cadastrar ou descadastrar o nome dos portadores do Cartão devendo ser pessoa física, servidor ou ocupante de cargo público;
- V. Prestar contas junto ao Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil quando utilizado o Cartão por todos os portadores, juntamente com todos os documentos comprobatórios de despesas, bem como a todo órgão de fiscalização, respondendo judicialmente e extrajudicialmente pela verba utilizada.



MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



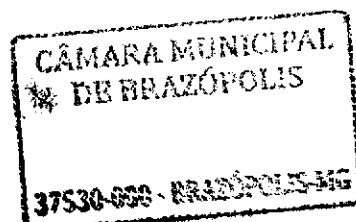
Art. 14 - Fica o Chefe do Executivo autorizado a criar o fundo especial para a Proteção e Defesa Civil.

Art. 15 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar, mediante Decreto, as atribuições e competência da Unidade aqui instituída, e proceder às alterações que achar necessárias na estrutura administrativa da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil respeitada às normas legais pertinentes à Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Brazópolis/MG.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brazópolis/MG, 22 de janeiro de 2020.

CARLOS ALBERTO MORAIS
Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Justificativa

Senhores Membros da Câmara Municipal,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, que objetiva a reestruturação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O Projeto inclui as novas diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil a serem adotadas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabelece os princípios fundamentais sobre o assunto, deixando a regulamentação a ser elaborada posteriormente.

A matéria disciplina os princípios básicos de Proteção e Defesa Civil no Município, a competência dos órgãos e as disposições gerais.

Este Projeto, se transformado em Lei pela soberana vontade dos Senhores Membros dessa Casa do Legislativo Municipal, irá fortalecer o Poder Público do Município consoante à prevenção, mitigação e preparação relacionadas com o risco de desastres e, resposta aos desastres e recuperação e reconstrução, quando da ocorrência desses eventos.

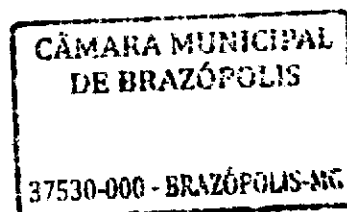
Ao submeter o Projeto à apreciação dessa Egrégia Casa, estamos certos de que os Senhores Vereadores saberão aperfeiçoá-lo e, sobretudo, reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências os protestos de elevado apreço.

Prefeitura Municipal de Brazópolis, 22 de janeiro de 2021

Carlos Alberto Moraes

Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER

Projeto de Lei n.001/2021.

Poder Executivo

Relatório

Vem à Comissão de para análise do Projeto de Lei nº 001/2021, de 22 de janeiro de 2021, de autoria do Executivo que “Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Brazópolis /MG e dá outras providências”.

Fundamentação

Fundamenta-se o referido Projeto de Lei na Constituição Federal; Lei Federal 12.608/2012; Gabinete Militar do Governador (GMG); Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC);


Conclusão

A redação do presente Projeto de Lei encontra-se redigida de forma legal e seus dispositivos estão também regulados dentro das formas constitucionais.


O referido Projeto de Lei, inclui as Diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no Município de Brazópolis, onde estabelece portanto os princípios fundamentais que irão reger o assunto , cuja a regulamentação se reportará, resultando sua elaboração, a competência dos órgãos e as disposições gerais para o desempenho do Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 001/2021 de autoria do Executivo, pela legalidade, constitucionalidade e adequação do mesmo às normas pertinentes e por fim, devendo ser votado em Plenário.

Brazópolis (MG), 02 de fevereiro de 2021.


Gesse Raimundo de Souza
Primeiro Secretário Designado Relator


Wagner Pereira – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Presidente


Carlos Adilson – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Segundo Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA.

PARECER

Projeto de Lei n.001/2021.

Poder Executivo

Relatório

Vem à Comissão de Saúde, Assistência Social e Cidadania para análise do Projeto de Lei nº 001/2021, de 22 janeiro de 2021, de autoria do Executivo que "Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Brazópolis /MG e dá outras providências".

Fundamentação

Fundamenta-se o referido Projeto de Lei na Constituição Federal; Lei Federal 12.608/2012; Gabinete Militar do Governador (GMG); Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC);

Conclusão

O Projeto de Lei em tela, se destaca, ao considerarmos às situações que se formam decorrentes de desastres, onde se caracteriza forte situação de emergência e também quando em estado de calamidade pública, têm a necessidade da intervenção por parte do Poder Executivo Municipal ou até mesmo Estadual, vir a estabelecer uma situação jurídica especial para execução das ações de socorro e assistência humanitária à população atingida, restabelecimento de serviços essenciais e recuperação de áreas atingidas por desastre.

Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 001/2021 de autoria do Executivo, pela legalidade, constitucionalidade e adequação do mesmo às normas pertinentes e por fim, devendo ser votado em Plenário.

Brazópolis (MG), 02 de fevereiro de 2021.



Gerson Raimundo de Souza

Primeiro Secretário Designado Relator



Carlos Adilson – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Presidente



Wagner Pereira – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Segundo Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
DE BRAZÓPOLIS

37530-000 - BRAZÓPOLIS-MG

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E MEIO AMBIENTE.

PARECER

Projeto de Lei nº 001/2021.
Poder Executivo

Relatório

Vem à Comissão de Obras Públicas, Agropecuária, Comércio, Indústria e Meio Ambiente para análise do Projeto de Lei nº 001/2021, de 20 de janeiro de 2021, de autoria do Executivo que "Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Brazópolis /MG e dá outras providências".

Fundamentação

Fundamenta-se o referido Projeto de Lei na Constituição Federal; Lei Federal 12.608/2012; Gabinete Militar do Governador (GMG); Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC);

Conclusão

O referido Projeto de Lei trata de matéria relacionada à Defesa Civil, em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Assim, o Projeto de Lei ora proposto, irá fortalecer o Poder Público do Município consoante à prevenção, mitigação e preparação relacionadas com o risco de desastres e também resposta aos desastres, no tocante à recuperação e reconstrução, quando da ocorrência dos mesmos.

Por isso, torna-se de grande importância a apreciação do Projeto de Lei do Executivo, onde a referida Comissão, reconhece o grau de prioridade à sua aprovação.

Dessa forma, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 001/2021 de autoria do Executivo, pela legalidade, constitucionalidade e adequação do mesmo às normas pertinentes e, por fim, devendo ser votado em Plenário.

Brazópolis (MG), 02 de fevereiro de 2021.



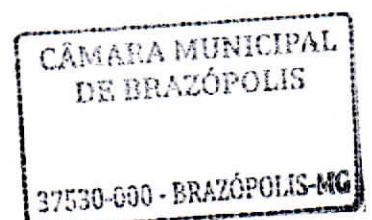
Adriano Simões
Segundo Secretário Designado Relator



Leilane de Almeida – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Presidente



Gesse Raimundo de Souza – Voto FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.
Primeiro Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
CNPJ 04.630.749/0001-73



PARECER JURÍDICO

Ref.: Projeto de Lei nº 001 de 22 de janeiro de 2021 – “Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Brazópolis /MG e dá outras providências”.

As Comissões Permanentes (Comissão de Legislação Justiça e Redação; Comissão de Saúde, Assistência Social e Cidadania; Comissão de Obras Públicas, Agropecuária, Comércio, Indústria e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Brazópolis (MG) remetem consulta sobre a legalidade do PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Projeto de Lei 001 de 22 de janeiro de 2021.

Observo que o presente Projeto de Lei nº 001/2021, em questão, se apresenta em conformidade ao disposto no Artigo 30 da Constituição Federal onde há competência para a matéria em questão. Sua fundamentação, também permeia – se na Lei Federal 12.608/2012; Gabinete Militar do Governador (GMG); Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC);

É o breve relato.

A iniciativa do Projeto de Lei está correta, eis que compete ao Município, através do Poder Executivo, conforme Constituição Federal e Lei orgânica Municipal, legislar sobre assuntos de interesse local, senão vejamos:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local.

Praça Wenceslau Braz, Nº17 - Centro – Tel: (35) 3641-1046 – CEP: 37.530-000 –
Brazópolis - MG



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

CNPJ 04.630.749/0001-73

No caso em tela, o Projeto de Lei 001/2021, de autoria do Poder Executivo, vem à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, onde destaca a imprescindibilidade da regulamentação dos serviços descritos na presente Lei, até mesmo para a inscrição em programas desenvolvidos por outros entes federados, e para tanto inclui as Diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no Município de Brazópolis, onde estabelece portanto os princípios fundamentais que irão reger o assunto, cuja a regulamentação se reportará, resultando sua elaboração, a competência dos órgãos e as disposições gerais para o desempenho do Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Nesse sentido: o Sistema Nacional de Defesa Civil, alçado pelo Decreto 5376 de 16 de fevereiro de 2005, agrega s três níveis de Governo. No Município é constituído pelos seguintes órgãos articulados pelo CONDEC:

- Conselho Municipal de Defesa Civil;
- Coordenadoria de Defesa Civil;
- Núcleos Comunitários de Defesa Civil;
- Órgãos Setoriais;
- Órgãos de Apoio.

É através do CONDEC que se concretizam todas as ações de Defesa Civil. A aplicação dos Recursos processa-se assim como em qualquer outra despesa governamental, por intermédio de dotações orçamentárias.

Por fim, como se pode verificar, o referido Projeto de Lei, fixa à constituição do Conselho Municipal, previsto no art. 5º, inciso II, onde fortifica a Representatividade necessária.

Não existem óbices que impeçam a autorização do Executivo mencionada no referido Projeto, desde que atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

É o parecer, Smj (Salvo mais elevado entendimento).

Brazópolis (MG), 02 de fevereiro de 2021.



Valéria Maria Faria Noronha e Silva

OAB/MG 142.052

Assessora Jurídica

